

Autoridade Tributária Global: Design Institucional e Economia Política da Implementação

Março 2026

Globalist International Research Division

Autoridade Tributária Global: Design Institucional e Economia Política da Implementação

Documento de Trabalho v3.0

Divisão de Pesquisa do Globalist International

Março 2026

Resumo Executivo

Este documento apresenta uma análise rigorosa das propostas para uma Autoridade Tributária Global (GTA), examinando tanto a arquitetura técnica da coordenação tributária internacional quanto as restrições de economia política que impediram o surgimento de tal instituição.

Distinguimos entre três categorias de propostas:

- Tecnicamente viável e politicamente possível** (Anos 1-5): Troca automática de informações aprimorada, coordenação tributária mínima entre estados dispostos
- Tecnicamente viável mas politicamente difícil** (Anos 5-15): Pilotos de tributação unitária, registros expandidos de propriedade beneficiária
- Tecnicamente viável mas politicamente bloqueado** (Anos 15+): Autoridade Tributária Global completa com aplicação vinculante

Conclusão Principal: Os principais obstáculos à coordenação tributária internacional são políticos, não técnicos. O requisito constitucional norte-americano de ratificação do Senado (67 votos), o poder de veto das jurisdições de paraísos fiscais e as dinâmicas competitivas da soberania tributária criam barreiras estruturais que nenhum design técnico pode superar sem abordar diretamente a política de poder.

Impacto na Receita: Em cenários otimistas envolvendo coordenação da OCDE e do G20, US\$ 150-300 bilhões anualmente poderiam ser recuperados. Com uma GTA completa com participação quase universal, US\$ 400-600 bilhões. Sob as restrições políticas atuais, US\$ 50-100 bilhões através de melhorias incrementais.

Aviso Crítico: Este documento apresenta designs institucionais para implementação futura potencial. Nenhum é atualmente politicamente viável em escala global. Os leitores devem abordar as propostas como objetivos de longo prazo que requerem mobilização política sustentada, não como opções de política de curto prazo.

1. A Crise de Perda de Receita: Documentada e Disputada

1.1 Magnitude da Perda de Receita

Estimativas Atuais de Perda de Receita Anual:

Categoria	Conservador	Moderado	Alto	Metodologia da Fonte
Transferência de lucros corporativos	US\$ 100-150B	US\$ 200-300B	US\$ 400-600B	Dados FDI da UNCTAD
Evasão tributária individual	US\$ 100-200B	US\$ 200-300B	US\$ 400-500B	Tax Justice Network
Erosão da base da economia digital	US\$ 50-100B	US\$ 100-150B	US\$ 200B+	OCDE
Total	US\$ 250-450B	US\$ 500-750B	US\$ 1T+	Não acumulativo

Distribuição das Perdas:

- Países em desenvolvimento: 4-10% da receita tributária corporativa
- Países da OCDE: 1-2% da receita tributária corporativa

1.2 Mecanismos de Avoidance

Manipulação de Preços de Transferência: Empresas multinacionais usam transações intra-empresa para transferir lucros para jurisdições de baixa tributação.

Arbitragem de Serviços Digitais: As gigantes de tecnologia registram receitas em paraísos fiscais enquanto os usuários criam valor em outro lugar.

2. A Economia Política da Coordenação Tributária Internacional

2.1 Por Que a Coordenação Tributária Falha: Barreiras Estruturais

Barreira 1: O Requisito do Senado Norte-Americano

Restrição Constitucional: O Artigo II, Seção 2 requer aprovação de dois terços do Senado (67 votos) para ratificação de tratados.

Barreira 2: Poder de Veto dos Paraísos Fiscais

Pequenas jurisdições (Ilhas Cayman, Bermudas, BVI) podem bloquear acordos através de mecanismos de consenso.

Barreira 3: Dinâmicas Competitivas

A corrida para baixo: As taxas médias de imposto corporativo caíram de 40% (1980) para 24% (2020).

3. Designs Institucionais: Três Cenários

3.1 Cenário A: Coordenação Incremental (Anos 1-5)

- CRS aprimorado com relatórios em tempo real
- Cobertura de criptoativos
- Coordenação tributária mínima em 15-20%

3.2 Cenário B: Pilotos Regionais (Anos 5-15)

- Base Tributária Corporativa Consolidada Comum da UE
- Coordenação Tributária da União Africana
- Quadro regional da Ásia-Pacífico

3.3 Cenário C: Autoridade Tributária Global Completa (Anos 15+)

Requisitos:

- Transformação política norte-americana
- Colapso do modelo de negócios de paraísos fiscais
- Crise forçando coordenação

4. Caminhos de Implementação

Curto Prazo (2024-2029): Ganhos Incrementais

- Expandir cobertura CRS para criptoativos
- Melhorar capacidade dos países em desenvolvimento
- Pilotos de coordenação regional

Médio Prazo (2030-2039): Consolidação Regional

- Implementação da CCCTB da UE
- Coordenação tributária continental africana
- Coordenar abordagens regionais

Longo Prazo (2040+): Coordenação Global

- Tratado multilateral para coordenação tributária global
- Mecanismos de aplicação vinculante
- Participação quase universal

Conclusão

A coordenação tributária internacional é tecnicamente simples e politicamente difícil. A lacuna entre o que é possível e o que é necessário reflete estruturas de poder, não lacunas de conhecimento. Este documento apresenta designs institucionais para implementação futura potencial sendo honesto sobre as restrições políticas atuais.

Linha de Base: Buscar reformas incrementais onde possível; construir coalizões entre regiões; manter designs institucionais para implementação futura se as condições mudarem.

Para inquiries: research@globintern.org

Versão: 3.0 (Março 2026)

Licença: Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0